

O problema do mundo externo*

George Pappas

Tradução: Jaimir Conte

Um mundo externo, como os filósofos têm usado o termo, não é algum planeta distante externo à Terra. O mundo externo tampouco é, estritamente falando, um *mundo*. Mais propriamente, o mundo externo consiste de todos os objetos e acontecimentos que existem externamente aos observadores. Desta maneira, a mesa do outro lado da sala faz parte do mundo externo, assim como a sua cor marrom e sua forma aproximadamente retangular. De maneira similar, se a mesa se desfaz quando um objeto pesado é colocado sobre ela, o evento de sua desintegração faz parte do mundo externo.

Um objeto externo a qualquer observador dado e distinto dele é qualquer outro observador. Assim, relativamente a um observador, todos os outros observadores fazem parte do mundo externo. Contudo, obtém-se outra maneira de entender o mundo externo se concebermos os objetos e acontecimentos externos a todos os observadores e distintos dele. Assim concebido, o conjunto de todos os observadores constitui uma vasta comunidade, sendo todos os objetos e acontecimentos externos a essa comunidade o que constitui o mundo externo. Neste ensaio entenderemos a noção de um mundo externo do primeiro modo. Suporemos, pois, que os observadores são entidades que ocupam espaço físico, mesmo porque eles são parcialmente compostos de itens que ocupam espaço físico.

O que é, então, o problema do mundo externo (daqui em diante PME)? Certamente não é se há um mundo externo; isso geralmente é tomado por garantido. Em vez disso, trata-se de um problema epistemológico que, numa aproximação imperfeita, pode ser formulado perguntando se, e em caso afirmativo como, uma pessoa adquire conhecimento do mundo externo. Assim entendido, o problema parece admitir uma solução fácil. Existe o conhecimento do mundo externo que as pessoas adquirem principalmente pela percepção dos objetos e acontecimentos que constituem o mundo externo.

Contudo, muitos filósofos acharam esta solução fácil problemática. Na verdade, o próprio enunciado do PME será alterado assim que considerarmos os principais argumentos contra a solução fácil.

Um argumento epistêmico

Uma maneira pela qual a solução fácil, mencionada acima, tem sido mais bem articulada é em termos do realismo epistemológico direto (daqui em diante RED). Esta teoria é realista na medida em que ela afirma que os objetos e acontecimentos do mundo externo, juntamente com muitas de suas várias características, existem independentemente dos observadores e geralmente não são afetados pelos atos de percepção que eles empregam. E esta teoria é epistemologicamente direta visto que ela também afirma que na percepção as pessoas geralmente, na verdade normalmente, adquirem conhecimento não inferencial imediato dos objetos e acontecimentos do mundo externo. É sobre este último ponto que se considera que ela enfrenta sérios problemas.

A principal razão para isso é que o conhecimento dos objetos do mundo externo parece ser dependente de algum outro conhecimento, e assim não se caracteriza como imediato e não inferencial. Alega-se que eu não adquire conhecimento perceptivo imediato não inferencial de que há uma mesa marrom e retangular diante de mim, porque eu não saberia tal proposição a menos que soubesse que alguma coisa também pareceu marrom e retangular. Portanto, o conhecimento da mesa é dependente do conhecimento de como ela aparece. Dito de outra maneira, se de algum modo há conhecimento da mesa, trata-se de um conhecimento indireto, assegurado somente se a proposição sobre a mesa pode ser inferida

de proposições sobre aparências. Se assim for, o RED é falso (*ver* Chisholm, 1957, p. 55 seg).

Este argumento sugere uma nova maneira de formular o PME:

PME 1. Pode-se ter conhecimento de proposições sobre objetos e acontecimentos do mundo externo com base em proposições que descrevem como o mundo externo aparece, i.e. por meio das aparências?

Ao contrário da nossa formulação original do PME, esta formulação não admite uma solução fácil. Na verdade, muitos filósofos tiveram a impressão de que ela não admite absolutamente nenhuma solução, de modo que o ceticismo a respeito do mundo externo é a única alternativa que resta.

Argumentos perceptivos

Se pensarmos outra vez na solução fácil para a primeira versão do PME, notaremos que ela diz que uma pessoa adquire conhecimento dos objetos e acontecimentos do mundo externo principalmente ao percebê-los. Se nos concentrarmos na percepção uma versão ligeiramente diferente da solução fácil aparece; uma solução que incorpora o realismo perceptivo direto (RPD). Esta teoria é realista apenas da maneira descrita anteriormente, mas ela acrescenta, em segundo lugar, que os objetos e acontecimentos do mundo externo são normalmente percebidos diretamente, como o são muitas de suas características tais como suas cores, formas e texturas.

Muitas vezes, o RPD é desenvolvido pela simples adição do RED a ele. Essa adição é apoiada pela afirmação de que a percepção direta dos objetos do mundo externo nos fornece conhecimento não inferencial imediato de tais objetos. Visto por este prisma, supõe-se que o RPD apóia o RED, embora, estritamente falando, elas sejam doutrinas independentes. Pode-se de maneira consistente, talvez inclusive de maneira plausível, sustentar uma sem também aceitar a outra. (Penso que Berkeley fez isso, *ver* Pappas, 1991).

A percepção direta é a percepção que não é dependente de alguma outra percepção. A principal oposição à alegação de que nós percebemos diretamente objetos externos deriva do realismo representativo ou indireto. Esta teoria sustenta quando um objeto do mundo externo é percebido, algum outro objeto é também percebido, ou seja, um *sensum* – uma entidade fenomênica de alguma espécie. Além disso, não se perceberia o objeto externo se não se conseguisse perceber o *sensum*. Neste sentido, o *sensum* é um intermediário percebido, e a percepção do objeto externo é dependente da percepção do *sensum*. Para semelhante teoria, a percepção do *sensum* é direta, visto que ela não é dependente de alguma outra percepção, enquanto que a percepção do objeto externo é indireta. De maneira mais geral, para o realista indireto todas as entidades percebidas diretamente são *sensa*. Por outro lado, aqueles que aceitam o RPD afirmam que a percepção dos objetos do mundo externo é normalmente direta, visto que a percepção não é dependente de alguns intermediários percebidos tais como os *sensa*.

Muitas vezes se supôs, contudo, que o argumento da ilusão é suficiente para refutar todas as formas de RPD. O argumento da ilusão é, na realidade, uma família de argumentos diferentes em vez de um argumento (*ver* Pitcher 1970; Cornman, 1971). Talvez o argumento mais familiar desta família começa observando que os objetos aparecem diferentemente para diferentes observadores, e inclusive para o mesmo observador em ocasiões diferentes ou em diferentes circunstâncias. Por exemplo, uma moeda redonda pode parecer redonda para uma pessoa que a vê diretamente de cima e elíptica para outra pessoa que a vê de lado. Com uma mudança de posição a moeda parecerá ter ainda diferentes formas, ainda mais elíptica em alguns casos, mais redonda em outros. Em cada caso, argumenta-se, o observador vê diretamente uma entidade com aquela forma aparente.

Assim, quando a moeda parece elíptica, diz-se que o observador vê diretamente algo que é elíptico. Certamente esta entidade elíptica não é a moeda nem a superfície superior da moeda, uma vez que ela é redonda. Considera-se que esta entidade elíptica, um *sensum*, é completamente distinta da moeda.

Ao ver a moeda diretamente de cima ela parece redonda, e poder-se-ia pensar que neste caso vemos diretamente a moeda redonda em vez de um *sensum*. Mas aqui também a relatividade manifesta-se; a moeda parecerá ter um tamanho diferente quando se está situado a diferentes distâncias da moeda. Assim, mesmo que em todos esses casos a moeda parece redonda, ela também parecerá ter muitos diâmetros diferentes. Portanto, nesses casos também, diz-se que o observador vê diretamente um *sensum*, e não a moeda.

Este argumento concernente a moeda pode ser generalizado de duas maneiras. Em primeiro lugar, mais ou menos o mesmo argumento pode ser levantado a respeito de todos os outros casos da visão e toda gama de qualidades sensíveis – texturas e cores, além de formas e tamanhos. Em segundo lugar, pode-se utilizar argumentos da relatividade relacionados a respeito de outras modalidades de *sense*. Com o argumento assim completado, teremos chegado à conclusão de que em todos os casos de percepção não-alucinatoria, o observador percebe diretamente um *sensum*, e não um objeto físico externo. Provavelmente, em casos de alucinação um resultado semelhante é válido, de modo que se atinge o resultado completamente geral de que em todos os casos de experiência perceptiva, o que é diretamente percebido é um *sensum* ou grupo de *sensa*, e não um objeto físico externo. O RPD, portanto, é considerado falso.

Contudo, mesmo se o RPD é refutado, isso por si mesmo não gera um problema do mundo externo. Precisamos acrescentar que se ninguém nunca percebe diretamente um objeto físico externo, então ninguém jamais adquire conhecimento não inferencial imediato de semelhantes objetos. Armados com esta premissa adicional nós podemos concluir que se há conhecimento dos objetos externos, ele é indireto e baseado no conhecimento imediato dos *sensa*. Podemos então formular o problema do mundo externo de outra maneira:

PME 2: Pode-se ter conhecimento de proposições sobre objetos e acontecimentos do mundo externo com base em proposições sobre *sensa* percebidos diretamente?

É interessante notar as diferenças entre PME 1 e PME 2. Os argumentos que levam a esses problemas são bastante diferentes, com aqueles que nos conduzem ao PME 2 tratando a percepção de uma maneira não mencionada nos argumentos que levam ao PME 1. Além disso, as tentativas de resolver o PME 2 exigem explicações da percepção alternativas ao RPD, embora isso não seja tão necessário no tocante ao PME 1.

Soluções propostas para o PME 1

Se o argumento principal do PME 1 é satisfatório, então nós temos conhecimento do mundo externo somente se as proposições sobre os objetos e acontecimentos do mundo externo (daqui em diante proposições-E) são inferíveis de proposições sobre aparências (proposições-A). Elas serão então inferíveis somente se são deduzíveis de proposições-E ou são inferíveis por meio de uma inferência indutiva cogente. É claro, porém, que proposições-E não são deduzíveis de qualquer grupo finito de proposições-A. Podemos ver isso observando que as proposições-A podem todas ser verdadeiras num caso de alucinação, embora a proposição-E em questão seja claramente falsa. Assim, as proposições-A tais como aquelas expressadas por “parece que vejo alguma coisa redonda, vermelha e esférica” e “parece que estou provando alguma coisa doce e um pouco ácida” não implicam que se está vendo ou provando uma maçã.

Alguns filósofos têm pensado que se o fenomenalismo analítico fosse verdadeiro, a situação seria diferente. O fenomenalismo analítico é a doutrina de que toda proposição-E é completamente analisável em, e assim tem significado equivalente a, um grupo de proposições-A (ver Ayer, 1940; Lewis, 1946). O número de proposições-A que compõe a análise de uma simples proposição-E provavelmente seria enorme, talvez indefinidamente imenso. Não obstante, o fenomenalismo analítico poderia ser útil para resolver o PME 1 porque a requerida dedução de proposições-E a partir de proposições-A poderia ser facilmente feita. Uma proposição-E equivalente em significado a uma proposição-A pode certamente ser deduzida daquelas proposições-A.

Contudo, as questões não são tão simples como estas observações fazem parecer. Mesmo se o fenomenalismo analítico é verdadeiro, nenhum conjunto razoavelmente grande de proposições-A *acarretará* uma proposição-E. Pois, dado o fenomenalismo analítico, há indefinidamente muitas proposições-A na análise de cada proposição-E. Portanto, a inferência de qualquer conjunto de proposições-A para uma proposição-E tende a ser indutiva, mesmo admitindo a verdade do fenomenalismo analítico. Além disso, a maioria das proposições-A acerca das quais poderíamos esperar analisar uma proposição-E seria condicionais subjuntivas complexas tais como aquela expressa por “Se eu tive a impressão de ver alguma coisa vermelha, redonda e esférica, e se eu tive a impressão de provar o que eu tive a impressão de ver, então muito provavelmente eu tive a impressão de provar alguma coisa doce e um pouco ácida”. Mas proposições-A dessa espécie complexa não serão normalmente conhecidas imediatamente, e assim o conhecimento de proposições-E geralmente não será baseado no conhecimento imediato dessas proposições-A.

Além disso, há boas razões para pensar que o fenomenalismo analítico é falso. Pois se tem mostrado que toda tradução proposta de uma proposição-E para proposições-A é imperfeita, e não há nenhuma razão para supor que qualquer nova tentativa de uma tradução deste tipo será bem sucedida onde todas as outras falharam (ver Chisholm, in Swartz, 1965).

Mas tampouco as proposições-E são *indutivamente* deriváveis de proposições-A. Claramente, a indução enumerativa não ajuda em relação a isso, pois se trata de uma inferência a partir de premissas sobre objetos observados numa certa classe tendo algumas propriedades F e G, para objetos inobservados na mesma classe tendo propriedades F e G. Proposições-A, entretanto, dizem respeito às aparências enquanto que as proposições-E dizem respeito aos objetos e acontecimentos externos. Assim, a inferência indutiva mais provável a considerar é uma inferência causal: nós inferimos a partir de certos efeitos, descritos por proposições-A, para suas prováveis causas descritas por proposições-P. Mas aqui, também, a inferência é suscetível de revelar-se problemática.

Considere as proposições-A expressas por “parece que eu vejo alguma coisa vermelha, redonda e esférica” e “parece que eu provo alguma coisa doce e um pouco ácida”. Para inferir cogentemente dessas proposições àquelas expressadas por “há uma maçã diante de mim” nós precisamos de informação adicional, tal como aquela expressada por “maçãs geralmente causam aparências visuais de vermelho, de forma redonda e esférica, e de aparência gustativa de doce e ácido.” Com esta informação adicional, a inferência é boa, e é provável que seja verdade que há uma maçã aí relativa àquelas premissas. A cogência da inferência, entretanto, depende justamente desta premissa adicional; relativamente apenas às proposições-A expressadas, não é altamente provável que há uma maçã aí.

Os defensores do realismo indireto têm às vezes apelado para uma inferência para a melhor explicação a fim de ajudar a justificar proposições-E. Podemos dizer que a melhor explicação das aparências é que elas são causadas por objetos externos. Entretanto, mesmo se isso é verdadeiro, como sem dúvida é, não é claro como estabelecer esta hipótese *geral*

ajuda a justificar proposições-E *específicas* tais como que estas aparências particulares são causadas por esta maçã vermelha.

O ponto aqui é geral: inferências indutivas cogentes a partir de proposições-A para proposições-E são disponíveis somente com alguma premissa acrescentada expressando a relação causal necessária, ou talvez alguma outra premissa descrevendo algum outro tipo de correlação entre as aparências e os objetos externos. Assim, não há nenhuma razão para pensar que o PME 1 possa ser resolvido apresentando as inferências indutivas de proposições-A para proposições-E (*ver* Chisholm, 1957, p. 73-74). E uma vez que as inferências dedutivas e indutivas de proposições-A para proposições-E parecem esgotar as opções, nenhuma solução ao PME 1 está disponível. Assim, a menos que exista alguma solução para o PME 2, parece que o ceticismo sobre o conhecimento do mundo externo será a posição mais razoável a assumir.

Soluções propostas para o PME 2

O PME 2 é gerado pela suposta refutação do RPD, conjugado com o princípio de que tem-se conhecimento perceptivo imediato de alguma coisa somente se se percebe diretamente aquele objeto. Falando em termos gerais, há duas alternativas ao RPD: o realismo indireto (perceptivo) e o fenomenalismo (perceptivo). Em contraste com o realismo indireto, descrito acima, o fenomenalismo perceptivo rejeita o realismo completamente, e sustenta em vez que: (1) os objetos físicos são coleções de *sensa*; (2) em todos os casos de percepção, pelo menos um *sensum* é percebido diretamente; e (3) ao perceber um objeto físico percebe-se diretamente alguns dos *sensa* que são constituintes da coleção que compõem aquele objeto.

Proponentes de cada uma dessas posições tentaram resolver o PME 2 de diferentes maneiras. Mas eles estão de fato em melhores condições de resolver o PME 2 do que as doutrinas relatadas que discutimos antes eram capazes de resolver o PME 1? Parece que a resposta da maioria dos filósofos tem sido Não, pois em geral os realistas indiretos e fenomenalistas têm usado estratégias que já consideramos e rejeitamos.

Para ver isso, vamos usar o termo “proposição-S” para proposições que descrevem presentemente *sensa* percebidos diretamente. Os realistas indiretos normalmente alegam que a inferência de proposições-S para proposições-E seria indutiva, especificamente uma inferência causal dos efeitos para as causas. Inferências deste tipo seriam perfeitamente cogentes uma vez que podemos usar uma premissa que especifica que objetos físicos de certo tipo são causalmente correlacionados com *sensa* do tipo correntemente percebido diretamente. Essa premissa será ela mesma justificada, se o for, somente na base de proposições-S. Certamente para o realista indireto nunca perceberemos diretamente as causas dos *sensa*. Assim, se sabemos que, digamos, as maçãs normalmente causam tais e tais *sensa* visuais, sabemos isso somente indiretamente na base do conhecimento dos *sensa*. Mas nenhum grupo de proposições-S por si mesmo suporta qualquer inferência para correlações causais deste tipo. Conseqüentemente, os realistas indiretos não estão em condições de resolver o PME 2 mostrando que proposições-E são indutivamente deriváveis de proposições-S.

Os fenomenalistas têm frequentemente defendido sua posição, em parte, notando as dificuldades enfrentadas pelo realismo indireto. Mas o fenomenalismo não é melhor em relação ao PME 2. Os fenomenalistas traduzem os objetos físicos como coleções de *sensa*. Assim, inferir uma proposição-E a partir de algumas proposições-S é inferir uma proposição sobre uma coleção de proposições sobre membros constituintes da coleção. Esta inferência, também, será uma inferência indutiva, embora não uma inferência causal. Todavia, um problema relacionado apresenta-se ao fenomenalista, ou seja, as inferências em questão exigirão uma premissa de que tais e tais *sensa* percebidos diretamente são constituintes de alguma coleção C, onde C é um objeto físico tal como uma maçã. O

problema surge com a tentativa de justificar essa premissa. Para fazer isso, necessitaremos de alguma explicação plausível do que se quer dizer ao alegar que os objetos físicos são coleções de *sensa*. Para explicar esta idéia, entretanto, os fenomenalistas têm tipicamente se voltado para o fenomenalismo analítico: os objetos físicos são coleções de *sensa* no sentido de que proposições sobre objetos físicos são analisáveis em proposições sobre *sensa*. E o fenomenalismo analítico, como vimos, foi desacreditado.

Se nem o PME 1 nem o PME 2 podem ser facilmente resolvidos, então o ceticismo sobre o mundo externo é uma doutrina que seríamos forçados a adotar. Pode-se mesmo dizer que é aqui que localizamos o verdadeiro problema do mundo externo: como podemos evitar ser forçados a aceitar o ceticismo.

Evitando o ceticismo

A melhor resposta, penso eu, é questionar os argumentos que levam ao PME 1 e ao PME 2. Começando com o último, a questão crucial é se alguma parte do argumento da ilusão realmente nos força a abandonar o RPD. Para ajudar a ver que a resposta é Não podemos notar que uma premissa chave no argumento da relatividade considerado antes vincula como alguma coisa aparece com a percepção direta: supõe-se que o fato de a moeda parecer elíptica acarreta que percebemos diretamente alguma coisa que é elíptica. (*ver* Moore, 1965). Mas há um vínculo aqui? Certamente não pensamos que a proposição expressa por “O livro parece usado e empoeirado e com mais de duzentos anos” acarreta que o observador percebe diretamente alguma coisa que é usada e empoeirada e que tem mais de duzentos anos (Chisholm, 1964, p. 95). E existem inúmeros outros exemplos como este, onde resistiremos à inferência de uma propriedade F aparecendo para alguém para a alegação de que F está instanciado em alguma entidade.

Os proponentes do argumento da ilusão poderiam queixar-se que a inferência que eles defendem funciona somente para certos adjetivos, especificamente para adjetivos que se referem a qualidades sensíveis não relacionais tais como cor, sabor, forma, etc. Tal movimento, entretanto, requer um argumento que mostre porque a inferência funciona nesses casos restritos e falha em todos os outros. Nenhum argumento deste tipo jamais foi fornecido, e é difícil ver o que ele poderia ser.

Se o argumento da ilusão é neutralizado, a maior ameaça contra o realismo perceptivo direto (RPD) terá sido removida. Assim, não haverá mais nenhuma motivação real para o PME 2. É claro que, mesmo que o RPD seja restabelecido, isso não resolve o PME 1. Esse problema pode surgir mesmo para quem aceita o RPD. Mas aqui, também, não há razão para suspeitar. De acordo com o argumento usado para gerar o PME 1, vamos admitir que não se sabe que se está vendo algo azul se não se sabia que alguma coisa se parecia azul. Neste sentido, há uma dependência do primeiro em relação ao último, como observado no argumento. O que não é claro é se a dependência é *epistêmica* ou *semântica*. É o último se, a fim de entender o que é ver algo azul deve-se também entender o que é, com relação a alguma coisa, parecer azul. Isso pode ser verdade, mesmo quando a crença de que se está vendo algo azul não é epistemicamente dependente da (baseada na) crença de que algo parece azul. Simplesmente afirmar, como no primeiro argumento, que existe uma relação de dependência não discriminada entre dependência epistêmica e semântica. Além disso, não há razão para pensar que não é uma dependência epistêmica. Pois em geral os observadores raramente têm crenças sobre como os objetos aparecem, mas este fato não impugna seu conhecimento de que eles estão vendo, e.g. objetos azuis (*ver* Pollock, 1986, p. 61).

Esta crítica do argumento usado a favor do PME 1 é estrita, no sentido de que ela incide somente sobre elementos individuais dentro do argumento, mas não questiona os pressupostos básicos sobre os quais o argumento parece basear-se. Estes pressupostos, de um modo geral, são de caráter fundacionalista: o conhecimento e a crença justificada são

divididos em básicos, casos imediatos e não inferenciais, e não básicos, o conhecimento inferencial e a crença justificada, os quais são apoiados pelos básicos. No entanto, embora o fundacionalismo fosse amplamente assumido quando o problema do mundo externo foi posto em circulação por Descartes e os empiristas clássicos, ele tem sido repetidamente desafiado e existem no lugar abordagens alternativas bem elaboradas do conhecimento e da crença justificada, algumas das quais parecem ser tão plausíveis quanto a mais defensável versão do fundacionalismo. Assim, temos algumas boas razões para suspeitar, como se poderia ter inicialmente pensado, que o problema do mundo externo simplesmente não se coloca, pelo menos não da forma em que geralmente tem sido apresentado.

Bibliografia

- Ayer, A. J.: *Foundations of Empirical Knowledge* (London: Macmillan, 1940).
Chisholm, R.: "The problem of empiricism", in Swartz, 1965.
Chisholm, R.: *Perceiving* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1957).
Chisholm, R.: *Theory of Knowledge* 1a ed. (Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1964).
Cornman, J.: *Materialism and Sensations* (New Haven: Yale University Press, 1971).
Lewis, C.I.: *An Analysis of Knowledge and Valuation* (La Salle: Open Court, 1946).
Moore, G. E.: "Visual sense-data", in Swartz, 1965.
Pappas, G.: "Berkeley and common sense realism", *History of Philosophy Quarterly* 8 (1991), 27-42.
Pitcher, G.: *A Theory of Perception* (Princeton: Princeton University Press, 1970).
Pollock, J.: *Contemporary Theories of Knowledge* (Totowa: Rowman and Littlefield, 1986).
Swartz, R. ed.: *Perceiving, Sensing and Knowing*. (New York: Doubleday, 1965).

* Artigo publicado originalmente in: Dancy, Jonathan e Sosa, Ernest (org.) *A Companion to Epistemology*. *Blackwell Companion to Philosophy*, 1997, p. 381-386.